

Também na Europa...

Somos Todos Portugal

A vitória do PSD em Portugal foi seguida de perto nas instituições europeias.



O novo Primeiro-Ministro **Durão Barroso** não representou apenas a **mudança em Portugal** mas na **própria União Europeia**. Com a alteração política em Portugal, os **socialistas perderam a maioria no Conselho Europeu**.

Na família política do PPE o júbilo pela nossa vitória foi enorme e muitos repetiam em diferentes línguas o slogan eleitoral do PSD: **“Somos todos Portugal”** texto na pág. 4

Director: Carlos M. Coelho - rue Wiertz - ASP 8E150 - 1047 Bruxelles - tel(02)284 5551, fax (02)284 9551 **FEV/MARÇO - 2002**

Fazer a Europa

A **Cimeira de Barcelona** não foi muito diferente de outras Cimeiras europeias. Muitos equilíbrios, muitas discussões, muitas fotografias, algumas decisões.

O próprio Presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, à saída da Cimeira declarou que *“dadas as circunstâncias, isto era o que se podia conseguir...”*.

No conjunto das decisões tomadas — **verdadeiramente importantes** — está o projecto **GALILEU**.

Envolvendo um orçamento global na ordem dos 3.200 milhões de Euros e a criação de mais de 100.000 postos de trabalho, o projecto prevê que, até 2008 estejam operacionais 30 satélites a cerca de 24.000 kms da terra.

Para além da sua utilização civil e da sua dimensão tecnológica há a possibilidade da utilização militar e uma verdadeira questão estratégica: a questão da **autonomia e da vontade comum europeias**.

Os Estados Unidos fizeram uma grande pressão contra a iniciativa europeia tentando afirmar o monopólio do seu sistema GPS.

Independentemente das vantagens económicas, tecnológicas ou estratégicas, colocou-se ao Conselho Europeu uma questão política nuclear: Fazer ou não a Europa com vontade própria e sem tutelas. **Em Barcelona, neste processo, fez-se Europa.**

Carlos Miguel Coelho

Sobre a Cimeira de Barcelona

Intervenção de Regina Bastos pág. 3

Relações PE/Parlamentos Nacionais

Intervenção de Teresa Almeida Garrett pág. 3

Reforçar a Coesão Económica e Social

Intervenção de Sérgio Marques pág. 5

Programa CULTURA 2000

Aprovado Relatório de Vasco Graça Moura pág. 8

CARTA DA EUROPA



Pacheco Pereira: "A herança dos socialistas é trágica"



O Coordenador dos Deputados do PSD e re-eleito Vice-Presidente do Parlamento Europeu, **José Pacheco Pereira**, criticou o Governo socialista por “*deixar a política europeia do país na maior confusão*”.

Durante uma conferência de imprensa, em que os Deputados do PSD apresentaram o balanço da actividade desenvolvida na primeira metade da legislatura e deram conta de algumas das suas prioridades para os próximos dois anos, Pacheco Pereira denunciou o facto de “**Portugal, por culpa do Governo socialista, ter vindo a perder peso nas instâncias europeias.** O Governo adoptou sistematicamente uma atitude derrotista, que é a de não ir aos combates e às negociações difíceis por ter, à partida, a ideia de que não as consegue vencer”.

Pacheco Pereira salientou que “*ninguém sabe qual é a posição de António Guterres em relação à*

Convenção para a reforma das instituições europeias, nem sobre as grandes questões que têm sido discutidas nas cimeiras europeias — e o que se sabe é contraditório. Sobre o alargamento da União e sobre a estratégia a adoptar para minorar os efeitos negativos do alargamento em Portugal, que é o país mais atingido, também ninguém sabe quais as posições do Governo”.

Para Pacheco Pereira “**a herança dos socialistas é trágica.** Nós que acompanhamos aqui a relação entre Portugal e a Europa, essencialmente na perspectiva de percebermos como nos estamos a atrasar em relação aos padrões de vida europeus, sabemos que estamos a andar para trás. Sabemos que a herança que o governo socialista vai deixar em Portugal é uma herança política, económica, social e cultural trágica”.

No mesmo dia em que ocorria esta conferência de imprensa, confirmava-se a perda de uma vice-presidência do Parlamento pelos socialistas portugueses e a derrota da candidatura socialista a um lugar de Questor do Parlamento Europeu.

PS responsável por mais uma humilhação internacional

A Agência Europeia do Ambiente publicou um conjunto de seis indicadores sobre o desempenho dos quinze Estados-membros em matéria de Desenvolvimento Sustentável. Estes seis indicadores servem de base à primeira avaliação anual sobre o Desenvolvimento Sustentável, a ter lugar no dia 15 de Março, na Cimeira de Chefes de Governo, em Barcelona.

O Deputado europeu **Jorge Moreira da Silva** declarou que “*este Relatório da Agência Europeia do Ambiente coloca Portugal como o país com pior desempenho na área do Ambiente*” e responsabilizou “*o Governo Socialista por mais uma humilhação internacional do nosso país*”.

Jorge Moreira da Silva, porta-voz do Partido Popular Europeu para o Desenvolvimento Sustentável e Relator Permanente do Parlamento Europeu para as Alterações Climáticas, afirmou que “*nestes 3 anos no Parlamento Europeu pude testemunhar, com enorme desgosto, que Portugal é frequentemente citado como o país da União Europeia onde, em matéria de Ambiente, mais lentamente se transpõem as Directivas comunitárias, mais se violam as Directivas comunitárias e onde pior se utilizam os fundos*

comunitários. Os resultados publicados pela Agência Europeia do Ambiente materializam, sem margem para dúvidas, que essa incompetência, esse imobilismo e essa irresponsabilidade do Governo Socialista, na área do Ambiente, produziu em Portugal um modelo de desenvolvimento insustentável”.



O deputado social-democrata afirmou ainda que “*para além dos prejuízos óbvios nos domínios da saúde pública e do meio ambiente, esse modelo de desenvolvimento conduzirá a prejuízos económicos (não só pela perda de oportunidades de transformação tecnológica e de conquista de novos mercados, como pelas penalizações decorrentes do incumprimento da legislação - como as que teremos de pagar se violarmos, como tudo indica, o Protocolo de Quioto)*”.

Jorge Moreira da Silva conclui que “*face ao desempenho medíocre do Governo Socialista, na área do Ambiente, comprovado pela avaliação da Agência Europeia do Ambiente, percebe-se que, no fundo, a co-incineração não passou de uma manobra de diversão*”.

Regina Bastos sobre a Cimeira de Barcelona

A Deputada **Regina Bastos** manifestou satisfação face aos resultados obtidos na **Cimeira de Barcelona**, declarando que *"apesar da enorme ambição dos objectivos definidos em Lisboa há dois anos atrás e das adversas circunstâncias económicas actuais, nunca duvidámos que os avanços em matéria de política social iriam, como foram, ser honrados pelos Estados Membros e em especial pela Presidência Espanhola da UE"*.

Dando especial relevo ao impulso dado à criação de políticas activas para o pleno emprego, Regina Bastos destacou que *"uma das conclusões mais importantes da cimeira, foi a **necessidade da reforma do mercado de trabalho**, considerada um passo essencial para a criação de emprego"*. Referiu, ainda, *"a importância dada à prossecução de políticas da UE em matéria de incentivo à competitividade e melhoria do emprego; ao aumento da mobilidade profissional e geográfica dos trabalhadores, o que exige uma maior atenção na formação da mão-de-obra e melhores qualificações ao nível da sociedade do conhecimento"*.

Em relação ao **envelhecimento da população**, Regina Bastos declarou que *"esta é uma questão que requer respostas novas e criativas, concordando com a proposta tendente a criar legislação que preveja a reforma parcial como um instrumento de*

permanência voluntária dos trabalhadores mais idosos no mercado de trabalho. Segundo a Deputada, tal não substitui a necessidade de acelerar as reformas dos sistemas de pensões, garantindo a sua sustentabilidade financeira".



Regina Bastos salientou ainda que **um dos grupos mais afectados pelo desemprego na UE são as mulheres**. *"Há que promover a sua participação no mercado de trabalho, o que sem a adopção de medidas activas de conciliação da vida familiar com a vida profissional é utopia"*, defendendo a *"urgência de um esforço conjunto ao nível comunitário, intergovernamental, regional e local na criação de infraestruturas de acolhimento de crianças e de apoio a pessoas mais idosas, designadamente através da disponibilização e aplicação de verbas do Fundo Social Europeu, a par da adopção de medidas ao nível fiscal e social"*.

Concluindo a sua intervenção, a Deputada do PSD, afirmou ser *"uma evidência a necessidade de coordenação e sincronização entre as dimensões social e económica, pois **só com maior criação de riqueza, distribuída com justiça e equidade, poderá haver maior inclusão e mais justiça social"***.

Teresa Almeida Garrett sobre PE/Parlamentos nacionais

A Deputada **Teresa Almeida Garrett** afirmou que *"o tema das **relações entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu** no âmbito da construção europeia é **um dos temas centrais do debate europeu**, e vai ser um dos pontos-chave dos trabalhos da Convenção"*.

Teresa Almeida Garrett, que participou no debate do Relatório Napolitano sobre as relações entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais, entende que *"não vale a pena escamotear as dificuldades que se deparam à construção de uma Europa democrática num momento histórico em que até ao nível nacional é urgente reinventar e fortalecer a democracia representativa"*.

Para Teresa Almeida Garrett, *"é por isso indispensável **avançar no sentido de os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu verem reforçadas a sua participação e controlo quer na formação das decisões legislativas, quer no plano das orientações políticas da União Europeia,***

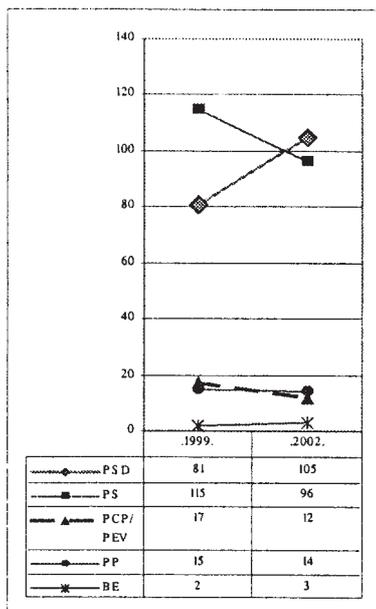
porque nenhuma destas instituições parlamentares tem o exclusivo da representação dos cidadãos europeus e daí a necessidade da sua colaboração complementar, organizada e se possível cúmplice, no respeito das suas autonomias e das suas específicas responsabilidades.



*E para isso, acrescenta a Deputada portuguesa, **não precisamos de complicar o processo decisório nem de sobrepor competências ou continuar a alimentar desconfianças. O que se pede a cada uma das instituições é que faça cada vez melhor o seu papel.***

Também nós aspiramos por um maior envolvimento dos Parlamentos nacionais no processo político e legislativo da União Europeia e, por isso, estamos empenhados em ajudar a criar as condições para um efectivo acompanhamento e controlo nacional dos respectivos governos na sua qualidade de membros do Conselho da União".

Vitória do PSD: A mudança em Portugal e na Europa

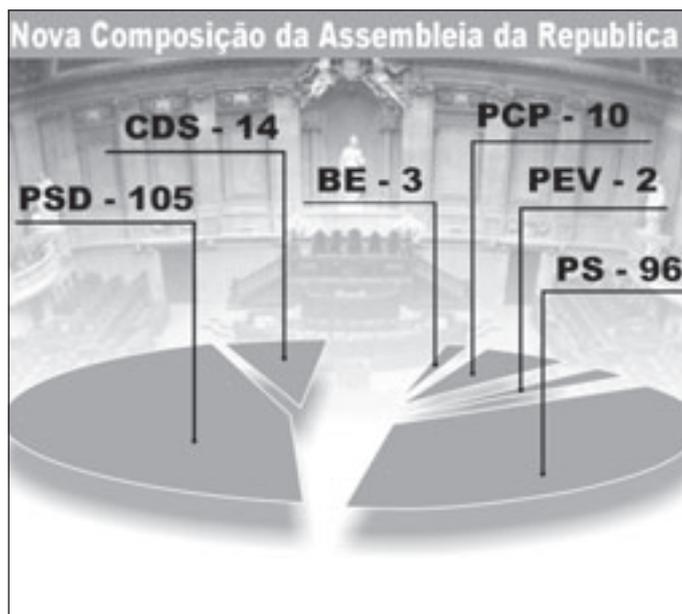


Com a excepção do pequeno Bloco de Esquerda que ganhou um Deputado, o PSD foi o único partido a aumentar a sua bancada parlamentar.

A vontade de mudança foi assumida pelos portugueses e traduziu-se no voto no PSD.

O novo governo português resultante da coligação entre o PSD e o CDS-PP goza de uma maioria

parlamentar de 119 Deputados contra 111 da oposição.



As bancadas parlamentares na Assembleia da República após as eleições de 2002

Parlamento Europeu ratifica Quioto

O Parlamento Europeu ratificou o Protocolo de Quioto ao votar por uma esmagadora maioria (540 a favor, 4 contra e 10 abstenções) o Relatório do Deputado Jorge Moreira da Silva.

No debate sobre o seu Relatório o deputado social-democrata afirmou que “ **perdemos dez anos em negociações e conversações**, entre a Conferência do Rio de Janeiro e a Conferência de Marraquexe e, nestes dez anos perdidos, o efeito de estufa agravou-se. Hoje, é por isso, um dia muito importante. Finalmente podemos agir”.

Jorge Moreira da Silva prosseguiu fazendo o balanço ambiental do texto acordado em Marraquexe: “ *apesar de ser verdade que o texto final do Protocolo de Quioto é menos abrangente do que o desejável (dada a ausência do maior poluidor, os Estados Unidos), e menos ambicioso do que o inicialmente desenhado (dada a excessiva integração dos sumidouros de carbono), a alternativa a este pequeno passo seria incomparavelmente pior. Sem o acordo político alcançado em Marraquexe*

teríamos de perder mais dez anos em negociações para o desenho de um novo Protocolo”.

Segundo o Deputado do PSD que, recorde-se, é o Relator Permanente do Parlamento Europeu para as Alterações Climáticas, e chefiou as delegações às Conferências das Nações Unidas de Bona, Haia e Marraquexe, “ *a aprovação do Protocolo de Quioto envia, igualmente, outros sinais políticos que importa destacar:*

- *em primeiro lugar, provou que é possível regular a globalização;*
- *em segundo lugar, a União Europeia demonstrou capacidade de liderança;*
- *em terceiro lugar, deu origem a um novo paradigma económico - a economia do Carbono.*

A partir de agora a tonelada de carbono terá uma cotação no mercado e as emissões de dióxido de carbono representarão um custo a reflectir no preços de todos os produtos e actividades. Quem for capaz de produzir o mesmo, fazendo uso de tecnologias mais limpas, vencerá”.

Sérgio Marques quer mais coesão

O PE aprovou dois importantes Relatórios sobre a gestão da Política Regional e Fundos estruturais e sobre a Coesão Económica e Social. No debate, o Deputado **Sérgio Marques** defendeu a necessidade do reforço da Política de Coesão e criticou qualquer tentativa de *renacionalização* desta Política.

“Muito embora a reforma dos Fundos Estruturais concluída na Cimeira de Berlim de 1999 tenha introduzido substanciais melhorias no seu funcionamento, a experiência destes dois anos e meio diz-nos que existe margem para novas e significativas melhorias.

A importância dos objectivos da política de Coesão Económica e Social, de que os Fundos Estruturais são instrumento fundamental obrigam-nos a um esforço de melhoria contínua”.

Para Sérgio Marques, “há que **prosseguir o esforço de simplificação e desburocratização do funcionamento dos Fundos Estruturais**, e melhorar os métodos de gestão em áreas como o financiamento, controlo, acompanhamento e execução dos programas apoiados. Os Estados e as Regiões têm de proceder a uma escolha mais criteriosa dos projectos a apoiar e efectuar um melhor aproveitamento das dotações, devendo por isso ser reforçados os mecanismos tipo **RESERVA DE EFICÁCIA** visando incentivar e premiar as Regiões que tiverem procedido ao melhor aproveitamento dos Fundos Estruturais.

Por outro lado, as políticas económicas nacionais não devem nunca descurar os objectivos da Coesão Económica e Social ao nível interno pedindo-se-lhes que sejam coerentes e não contraditórias com tais objectivos. O mesmo se diga das restantes políticas comunitárias, nomeadamente a política agrícola comum, a política de concorrência e ajudas de Estado, que pela importância dos instrumentos jurídicos e financeiros com que estão dotadas e se melhor orientadas para os desígnios da coesão, poderão ser de uma enorme valia”.

O Deputado social-democrata alertou para que, no contexto dos Fundos Estruturais, “**não se**

confunda a aplicação do princípio da subsidiariedade com uma hipotética e absurda RENACIONALIZAÇÃO da política de coesão económica e social da U.E.



O princípio da subsidiariedade não poderá nunca servir de instrumento a tentativas de esvaziamento, nomeadamente de recursos financeiros, da política de coesão económica e social da U.E. Pelo contrário, o princípio da subsidiariedade exige ao nível europeu uma efectiva política de Coesão Económica e Social, como justifica também, face ao desafio do alargamento e ao aumento drástico das assimetrias regionais dele resultantes, **um reforço dos meios afectos a este verdadeiro pilar da construção europeia.** Não

nos esqueçamos, por um lado, que a política de coesão económica e social é a expressão da solidariedade entre os membros da família europeia, sejam estes Estados ou Regiões. Por outro lado, países como os EUA afectam mais recursos do que a U.E. às suas políticas de redistribuição entre as suas regiões mais pobres e as mais ricas”.

(...) é necessário continuar a atender aos atrasos ainda existentes na actual Europa a 15 (...)

Sérgio Marques defendeu que “se queremos uma U.E. alargada viável e com futuro, será uma inevitabilidade **o reforço da política de coesão económica e social.** O Leste europeu tem de sentir o mesmo nível de solidariedade europeia que países como Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda, conheceram após a sua adesão à U.E.. Mas o reforço da Política de Coesão é necessário não só para combater os enormes desequilíbrios regionais resultantes da entrada de dezenas de Regiões desfavorecidas dos actuais países candidatos, mas também para **continuar a atender, aos atrasos ainda existentes da actual Europa a 15 países,** nomeadamente nas Regiões Ultraperiféricas.

Tanto mais que, o alargamento a leste, irá provavelmente acentuar o défice de Coesão Económica e Social da actual Europa a 15. Ou seja, **as assimetrias regionais poderão aumentar no quadro da actual U.E.,** em resultado das dinâmicas induzidas pelo processo de alargamento, nomeadamente na relação periferia-centro. Após 2006, fará falta uma política de coesão que **não se limite a olhar para o Leste, mas que considere também o défice de coesão ainda existente na actual Europa a 15** e as novas problemáticas que para esta resultarão do alargamento.



Carlos Coelho quer mais combate à Droga

O Deputado **Carlos Coelho** defendeu no Plenário do Parlamento Europeu que “**a dimensão europeia da luta contra a droga** é evidente em acções que vão desde a adopção de instrumentos legais contra o fabrico de drogas, o tráfico de drogas e o branqueamento de capitais, até à cooperação com os países produtores e a promoção da prevenção e combate à toxicod dependência, quer na vertente do tratamento quer na vertente da reinserção, e ainda ao desenvolvimento de redes de informação e coordenação entre os Estados membros”.

Para Carlos Coelho, a proposta de decisão-quadro, proposta pela Comissão, “**não vem propor nada de novo nem reforçar os instrumentos de luta contra o tráfico internacional de droga**. Trata-se de um passo necessário, mas de um passo insuficiente: limita-se a estabelecer um mínimo denominador comum das disposições nacionais vigentes em cada um dos Estados membros em matéria de infracções no domínio do tráfico de droga. Os Estados membros deverão adoptar as medidas necessárias para garantir que estas infracções sejam passíveis de sanções penais efectivas, proporcionadas e dissuasivas, incluindo penas de privação de liberdade cujo limite não poderá ser inferior a 5 anos de prisão nos casos mais graves”.



Regina Bastos quer combate à iliteracia e exclusão social

A Deputada **Regina Bastos** apoiou uma **iniciativa comunitária sobre o problema da iliteracia**, sublinhando que as últimas acções que dizem especificamente respeito a este problema foram aprovadas em 1987.

A Deputada, invocando a definição de iliteracia como “**as capacidades de leitura e escrita que os adultos usam na sua vida quotidiana, no trabalho ou na comunidade, para atingir os seus objectivos, adquirir conhecimentos e aumentar o seu potencial**”, chamou a atenção que “**a existência da iliteracia é a negação de um dos Direitos fundamentais do Homem, ou seja, o direito à educação, sendo igualmente um entrave ao acesso a outros direitos, pois impede a melhoria das condições de vida, restringe o acesso ao mercado**

de trabalho, limita a liberdade de expressão dos indivíduos e, deste modo, a sua participação na sociedade, bem como o disfrutar dos direitos cívicos que lhe são devidos”.

Regina Bastos salientou ainda que uma percentagem considerável da população da União Europeia entre os 15 e os 65 anos é afectada por este problema e que **relativamente a Portugal o mesmo estudo da OCDE aponta para uma percentagem de 45 a 50% de população atingida por este fenómeno**.

A Deputada do PSD afirmou que “**se nada se fizer, este problema só tenderá a agravar-se**”.



Costa Neves e Sérgio Marques querem mais apoio para a pesca nas ultraperiferias

O Parlamento Europeu aprovou uma proposta de regulamento do Conselho, relativa à prorrogação por um ano do sistema de apoio ao escoamento de certos produtos da pesca de determinadas regiões ultraperiféricas, em que se incluem os Açores e a Madeira.

Para o Deputado **Sérgio Marques**, “**a necessidade de adopção de medidas específicas para as regiões ultraperiféricas, cujo fundamento jurídico se encontra no nº 2 do artigo 299º do Tratado da União Europeia, tem sido constantemente reiterada pelo Parlamento. Não há, por isso, qualquer dúvida sobre a conveniência da manutenção de instrumentos de apoio às regiões ultraperiféricas como previsto na proposta de regulamento do Conselho apresentada pela Comissão**”.

Para o Deputado **Carlos Costa Neves**, “**as medidas específicas em vigor para as regiões ultraperiféricas são insuficientes e existem, apenas, no âmbito da agricultura e das pescas - quadro bem mais modesto do que o estabelecido há dez anos atrás, quando do lançamento dos programas POSEI**.

Mesmo nos domínios abrangidos, os respectivos ‘envelopes financeiros’ têm-se mantido constantes, logo, em termos relativos, são hoje de valor inferior ao do momento do lançamento das medidas.

Do que se precisa é de regimes permanentes, periodicamente adaptados, suportados por ‘envelopes financeiros’ adequados, não só na agricultura e nas pescas, mas também na energia, no ambiente, nas comunicações, nas novas tecnologias, no apoio às pequenas e médias empresas”.



Arlindo Cunha defende produtores de tabaco

Arlindo Cunha foi designado Relator do PE para o importante dossier dos apoios à produção de tabaco. Na sessão Plenária de Estrasburgo afirmou:

“A Comissão lançou um estudo de avaliação da OCM do tabaco em rama que deverá permitir fazer um balanço dos efeitos da regulamentação comunitária no sector. As suas conclusões estarão disponíveis no final de 2002.

Foi a própria Comissão que se comprometeu a, em função destes estudos, apresentar no decurso do primeiro trimestre de 2003 uma nova proposta para o tabaco. Esta proposta deverá ser coerente com as exigências sociais crescentes em prol de um desenvolvimento sustentável e de produtos sãos e de elevada qualidade, e, neste mesmo contexto, deverá responder adequadamente às declarações oficiais feitas até agora quanto ao futuro deste sector.

Não podemos aceitar que a Comissão Europeia antecipe e presuma as decisões que tanto o Parlamento Europeu como o Conselho irão tomar nos próximos meses em função de estudos de avaliação e dos últimos dados registados no sector, bem como das propostas de alcance global que deverão ser previamente apresentadas (e justificadas).

Os cerca de 130.000 produtores de tabaco da UE, a maior parte deles localizados em zonas desfavorecidas das regiões do sul da Europa, merecem que as instituições europeias competentes se preocupem com responsabilidade sobre o seu futuro.

Daí, também, a importância de só tomarmos decisões de fundo sobre a política comunitária do sector quando pudermos dispor dos estudos de avaliação da política actual e do impacto sobre o rendimento e o nível de vida dos produtores de novas medidas que possam vir a ser eventualmente consideradas”.



Carlos Costa Neves: Relator do Orçamento dá meios à Convenção

“O Parlamento está em condições de dar o seu acordo ao Orçamento Suplementar que contempla os meios financeiros destinados ao “Fundo” especial que suportará despesas da “Convenção sobre o Futuro da União Europeia”, exactamente no dia da respectiva abertura. Trabalhou-se depressa e bem.

Tendo em conta que importa assegurar, em tempo oportuno,

todas as condições que possam contribuir para a eficácia dos trabalhos da Convenção, fica, assim, desde já, definido o respectivo quadro orçamental, com efectivo respeito pelas regras da transparência e do equilíbrio institucional.

As necessidades de financiamento para 10 meses (Março a Dezembro de 2002) totalizam 10,5 milhões de Euros, sendo 6,5 da responsabilidade directa dos orçamentos das Instituições europeias e dos Governos e dos Parlamentos nacionais e 4 milhões de Euros do “Fundo” criado.

Para este “Fundo”, o Parlamento Europeu contribuirá com 1 milhão de Euros, o Conselho com 0,4 milhões e a Comissão com 2, 6 milhões de euros”.



Carlos Coelho defende Autoridade Europeia para a Protecção de Dados

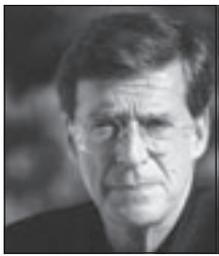
O Deputado Carlos Coelho defendeu no Plenário do Parlamento Europeu, que **“a protecção dos dados pessoais é essencial para assegurar que cada indivíduo possa ver os seus direitos e liberdades fundamentais respeitados, particularmente o seu direito à privacidade, em toda a Comunidade Europeia”.**

Sobre a proposta em debate, Carlos Coelho salientou que **“esta pretende dar resposta a dois aspectos essenciais: as condições de trabalho da autoridade europeia que é responsável por esta protecção de dados, e que ficaram por resolver no Regulamento 45/2001, ou seja, a questão da remuneração da autoridade europeia e da autoridade adjunta e a questão da sua localização.**

Relativamente à localização, Carlos Coelho concorda com aqueles que disseram que não faz sentido outra que não Bruxelas pelas razões que já foram apontadas e que se dispensou de repetir. Porém, existem algumas outras questões que, talvez devido ao carácter altamente técnico e abstracto do regulamento, ainda estão em aberto e às quais deveria ser dada resposta”.

Carlos Coelho manifestou a esperança que, num futuro próximo, **“as actuais estrutura e organização desta autoridade possam ser adaptadas de modo a integrar, igualmente, sob a responsabilidade de uma autoridade europeia única, as autoridades de controlo de protecção de dados operantes nos órgãos europeus instituídos com base nos Títulos V e VI do Tratado, de modo a evitar uma desnecessária duplicação de funções e recursos. Ao mesmo tempo, seria bom acautelar o risco de uma eventual duplicação de algumas funções entre o Provedor de Justiça e esta autoridade europeia, com vista a otimizar a utilização dos recursos comunitários”.**





PE aprova Relatório Graça Moura sobre Cultura 2000

Para Vasco Graça Moura, "a execução do programa **Cultura 2000** tem sido uma preocupação constante da comissão parlamentar da Cultura. Temos procurado acompanhar as várias frentes por que o Programa se desdobra e a metodologia ou metodologias que têm sido adoptadas para a sua execução; e realizar uma auscultação junto dos nossos eleitorados e dos agentes e operadores culturais europeus em geral, de modo a ficarmos a conhecer as reacções que o Programa suscita e de modo a podermos avaliar os seus resultados.

Vai passada metade desta legislatura e o programa-quadro também atingiu já praticamente metade da sua duração prevista. A Comissão terá de proceder à sua revisão dentro em pouco, nomeadamente na perspectiva das **insuficiências financeiras que desde o princípio foram assinaladas, que se fazem sentir cada vez mais**. Também se torna necessário que todos comecemos a reflectir sobre o pós **Cultura 2000**, isto é, sobre o programa que sucederá ao actual e que deverá ter em conta os seus êxitos e insucessos".

Graça Moura defende que "um relatório desta natureza não pode deixar de reafirmar os grandes objectivos do **Cultura 2000** e o seu papel na **construção da cidadania europeia e na defesa da diversidade cultural e do pluralismo linguístico**. E não pode também deixar de reafirmar os grandes princípios inspiradores a que o Programa obedece desde a sua concepção. É que tanto estes princípios como aqueles objectivos devem reputar-se peças fundamentais de uma construção europeia e de um desenvolvimento da cidadania democrática que aproveitem a todos os cidadãos da União. Como tal foram maduramente ponderados, aprovados e subscritos não apenas por esta Câmara, mas ainda pelo Conselho e pela Comissão, e não se vê qualquer razão para tais posições serem entretanto alteradas. Trata-se de linhas de política cultural que interessam a todos os países membros e, na perspectiva do alargamento, a todos os europeus. Trata-se de construir o espaço cultural europeu como um **espaço essencial da liberdade e das liberdades**".

Deputados portugueses defendem empresas nacionais

Foi votada na Sessão Plenária do PE a Directiva relativa à **abertura à concorrência dos serviços postais** dos países comunitários. Os Deputados do PSD engrossaram a maioria que viabilizou a adopção de normas que tornam **mais fácil a adaptação das empresas nacionais** e contrariam ímpetus liberalizadores que beneficiariam os países escandinavos e a Holanda, entre outros.

A iniciativa dos Deputados portugueses apoiando as propostas apresentadas e defendidas na Comissão de Política Regional pelo **Deputado Sérgio Marques**, desenvolveu-se após a **audição de representantes dos CTT e dos sindicatos representativos dos trabalhadores do sector**. Será assim mais fácil aos correios portugueses **promoverem a sua adaptação** a um quadro concorrencial mais competitivo, sem as consequências económicas e sociais que resultariam de uma liberalização abrupta.

Os Deputados do PSD

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

CCostaNeves@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luís Fernandes e Sandra Nunes**

Ilustrações: **Júlio Pisa**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551